

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO IF GOIANO¹

Rosenilde Nogueira Paniago/IFG/rosenilde_nogueira@yahoo.com.br
Teresa Jacinto Sarmento/Universidade do Minho-PT/TSarmento@ie.uminho.pt

Resumo A presente discussão focaliza o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid) no processo formativo de professores do Instituto Federal de Ciências, Educação e Tecnologia, Goiano (IF Goiano). Faz parte de uma investigação que se encontra em andamento, a qual objetiva investigar os contributos do Pibid para a aprendizagem da docência. No presente texto serão analisados os componentes pedagógicos vinculados à aprendizagem da docência, sinalizados nos documentos oficiais do Ministério de Educação sobre o Pibid, e apresentado a sua evolução na esfera nacional e no contexto do IF Goiano. Para tanto, optou-se pela análise da Portaria nº 260/2010 e nº 096/2013 em função dos propósitos da investigação, salientando que na investigação ainda se confrontarão os dados da documentação analisada com as representações que professores e formandos possuem sobre o desenvolvimento do programa. Os resultados até então obtidos sinalizam a expressiva expansão do programa no Brasil que criado em 2007, inicia suas atividades em 2009 com 3088 bolsistas e, em 2014, amplia para mais de 90 mil bolsistas (licenciandos, professores supervisores da educação básica e coordenadores das Instituições de Ensino Superior-IES). Quanto ao IF Goiano, atualmente há 261 bolsistas de iniciação a docência das licenciaturas de Matemática, Pedagogia, Química e Biologia. Os documentos analisados sinalizam a dimensão do Pibid, com demasiado alcance de valorização de professores em formação e melhoria deste processo, o que permite afirmar que o país caminha para a consolidação de uma política nacional de formação. Entretanto, os primeiros ruídos de redução de bolsas já se fizeram sentir em 2015, o que sinaliza que é preciso luta, mobilização coletiva para que o Pibid não se fragilize ou se acabe, ao contrário, se mantenha, se aperfeiçoe e se estenda a todos os licenciandos em formação.

Palavras-chave: formação de professores; Pibid; políticas públicas.

INSTITUTIONAL PROGRAM OF GRANT INITIATION TO TEACHING IN THE FORMATIVE PROCESS OF TEACHERS OF IF GOIANO

Abstract The present discussion focuses the “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência” - Institutional Program of grant initiation to teaching - (Pibid) in the formative process of teachers of Instituto Federal de Ciências, Educação e Tecnologia, Goiano (IF Goiano). It is part of an investigation, which is in progress, which purpose is to investigate the contributions of Pibid to the learning of teaching. In this text it will be analyzed the pedagogical components bounded to the learning of teaching, indicated on the officials documents of the Ministério de Educação about the Pibid and it was presented your evaluation in national sphere and in the IF Goiano context. There fore, it was decided for the analysis of the Administrative Rules nº 260/2010 e nº 096/2013 because of the intentions of the investigation, pointing out that in the investigation it still will be confronted the data of the analyzed documentation with the representations that teachers and students in the end of the course have about the program development. The results obtained until now pointed the expressive expansion of the program in Brazil, that was create in 2007 and started its activities in 2009 with 3088 scholarship students e, in 2014, it was enhanced to more than 90 thousands scholarship students (undergraduate students teaching, professors supervisors of the basic education and coordinators of the IES- Institutions of Higher Education). About the IF Goiano, currently there are 261 scholarships students of initiation to teaching on the graduations of the Mathematic, Pedagogy, Chemistry and Biology. The documents analyzed indicate the dimension of the Pibid, with too much reach of the appreciation of teachers in formation and the improvement of this process, what permits to affirm that Brazil walks to the

¹Texto apresentado no 2º ENCONTRO DE LICENCIATURAS DO SUDOESTE GOIANO. 21 a 23/05/2015. UFG/Regional Jataí.

consolidation of a national politics of formation. However, the first noises of the reduction of the scholarships have already made to be felt in 2015, what points out that fight is needed, as collective mobilization for the Pibid not weakens or is over, contrariwise, keep itself, improve itself e extend itself to all of the students of teaching.

Keywords: teachers' formation; Pibid; public politics.

Introdução

As licenciaturas no contexto do IF Goiano é uma experiência recente, datando de 2008, quando da promulgação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro, que estabelece a exigência aos Institutos Federal de Ciências, Educação e Tecnologia (IF) de destinarem 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura. Essa prerrogativa é explícita no Art. 7º, da referida lei ao esclarecer que os IF devem ofertar “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional”. Atualmente no IF Goiano são oferecidas as licenciaturas nas áreas de Ciências Biológicas, Pedagogia, Química e Matemática nos *campi* de Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí.

A inserção do IF Goiano no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid) se dá a partir de 2011, quando concorre ao edital nº001/Capes/Mec que trata do Pibid e, com aprovação, inicia suas atividades. O Pibid é um programa vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio da Diretoria de Educação Básica (DEB), cuja criação se dá em um contexto de formulação de várias políticas de incentivo a formação de professores, desencadeado após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. De acordo com a DEB/Capes (2013), o foco principal do programa é a formação do/a aluno/a da licenciatura, a elevação da qualidade da formação de professores, inserção dos/as licenciandos/as no cotidiano da rede pública de educação básica, a fim de vivenciarem e participarem de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas de ensino inovadoras e interdisciplinares.

O Pibid, desde o início de suas atividades em 2009 tem aumentado demasiadamente o número de participantes no programa, realçando de forma evidente a sua dimensão como política pública vinculada à formação de professores no Brasil, fato que motiva a realização da presente investigação, na medida em que, dada a amplitude de projetos existentes, os estudos em situações micro vão contribuir para uma análise mais aprofundada de seus impactos para a aprendizagem da docência na formação de professores no país.

A presente discussão faz parte de uma investigação que se encontra em andamento, a qual objetiva investigar os contributos do Pibid para a aprendizagem da docência. No presente texto serão analisados os componentes pedagógicos vinculados à aprendizagem da docência sinalizados na Portaria nº 260/2010 e nº 096/201, e apresentado a evolução do programa na esfera nacional e no contexto do IF Goiano. Posteriormente, no decorrer da investigação, se confrontarão os dados da documentação analisada com as representações que professores e formandos possuem sobre o desenvolvimento do programa.

No estudo, de abordagem qualitativa, optou-se pela técnica de análise de documentos como procedimento de coleta de dados por atender aos propósitos da investigação. A análise documental pode se constituir, conforme Ludke e André (2013, p.38) em uma: “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. As autoras entendem por documentos, os materiais escritos que podem ser utilizados como fonte de informação.

Na delimitação do texto optou-se por fazer inicialmente uma discussão acerca das intencionalidades e componentes pedagógicos vinculados à aprendizagem da docência identificadas na Portaria nº 260/2010 e nº 096/2013 para, em seguida, apresentar o processo evolutivo do Pibid no Brasil e no contexto do IF Goiano.

1 Intencionalidades e componentes pedagógicos vinculados a aprendizagem da docência no Pibid previstas na Portaria nº 260/2010 e nº 096/2013

Na Portaria nº 260/2010 de 30 de outubro, que aprova as normas gerais do Pibid, foi possível observar que os componentes pedagógicos vinculados a aprendizagem da docência, estão presentes nas intencionalidades do programa que prevê o incentivo a formação de professores, a valorização do magistério, a inserção do licenciando em seu futuro campo de trabalho. Nesse sentido, fica esclarecido nesta portaria que as propostas encaminhadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) devem atender aos seguintes objetivos do programa:

I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

- II – contribuir para a valorização do magistério;
- III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de Licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino aprendizagem;
- V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura; (Capes/Portaria nº 260/2010).

Já a Portaria nº 096/2013 de 18 de julho, com onze capítulos e 78 artigos, constitui-se no regulamento atual do Pibid, revogando, portanto, a Portaria nº 260/2010. No que se refere à aprendizagem da docência, observou-se no capítulo I, seção II, Art. 4º, que os objetivos do Pibid, praticamente são idênticos aos da Portaria nº 260/2010, exceto pelo item VII que sinaliza como objetivo do Pibid o de “contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente”. Nesse sentido, é possível constatar um avanço nas intencionalidades do programa ao incitar a reflexão acerca do trabalho docente.

Ademais, aparecem na Portaria nº 096/2013, outros elementos que caracterizam de forma mais explícita do que a Portaria nº 260/2010, os componentes pedagógicos vinculados à aprendizagem da docência que devem ser contemplados no projeto institucional e subprojetos, tais como os apresentados no Art. 6º:

- I – estudo do contexto educacional envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliers, secretarias;
- II – desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o processo de ensino-aprendizagem;
- III – planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (escolas de educação básica e IES a eles agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do aluno em formação;
- IV – participação nas atividades de planejamento do projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas;
- V – análise do processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos ligados ao subprojeto e também das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

- VI – leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais para o estudo de casos didático-pedagógicos;
- VII – cotejamento da análise de casos didático-pedagógicos com a prática e a experiência dos professores das escolas de educação básica, em articulação com seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;
- VIII – desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas e instrumentos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos didáticos;
- IX – elaboração de ações no espaço escolar a partir do diálogo e da articulação dos membros do programa, e destes com a comunidade;
- X – sistematização e registro das atividades em portfólio ou instrumento equivalente de acompanhamento;
- XI – desenvolvimento de ações que estimulem a inovação, a ética profissional, a criatividade, a inventividade e a interação dos pares (Capes/Portaria nº 096/2013).

Conforme se observa, os projetos institucionais bem como seus subprojetos devem contemplar várias atividades, que incluem desde a valorização da escola de educação básica, acompanhamento de reuniões, trabalho coletivo e interdisciplinar, desenvolvimento e análise de estratégias didáticas, participação em planejamento e reuniões, até o desenvolvimento de práticas de ensino como forma de suscitar a aprendizagem da docência nos/as licenciandos/as em formação. Não obstante, foram sinalizadas de forma explícita, ações que induzem o exercício da reflexão e da pesquisa no contexto das práticas do Pibid, fato evidenciado nas palavras: “análise, estudo, leitura e discussão, cotejamento, desenvolvimento, testagem e execução de estratégias, sistematização e registro”, dentre outras. Nesse sentido, considera-se fundamental a formação consubstanciada em um processo de reflexão e investigação, considerando que, conforme Nóvoa (1997, p. 25): “A formação deve estimular uma perspectiva crítica-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada [...]”.

De modo geral, ao analisar a documentação que normatiza o Pibid, é possível constatar que os objetivos do programa, desde o início da implantação, sofreram poucas transformações. Nas portarias analisadas, fica evidente que as intencionalidades pedagógicas vinculadas à docência previstas na Portaria nº 260/2010 permanecem na atual Portaria nº 96/2013. Entretanto, essa atual normativa avança no detalhamento de ações mais específicas, pertinentes a aprendizagem da docência, como a inserção de perspectivas formativas consubstanciadas na interdisciplinaridade, no exercício da reflexão, da investigação e a possibilidade das IES apresentarem projetos interdisciplinares, dentre outras.

2 A evolução do Pibid no Brasil

O Pibid foi criado em 2007, sendo a Portaria nº 038, o primeiro documento a normatizar o programa no âmbito do Ministério de Educação. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foram convidadas a participar por meio do edital nº 01/2007, sendo focado neste edital as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o Ensino Médio em face da carência de professores para atuarem nessas disciplinas. Entretanto, reafirma-se que as atividades relativas a este edital, somente iniciaram em 2009, de modo que até o final do referido ano, o programa atendeu 3.088 bolsistas.

Com a instituição do Plano Nacional de Educação de formação de professores para educação básica, por meio da Normativa nº 9/2009 do MEC e dos resultados significantes dos primeiros projetos nas áreas de Física, Química, Biologia e Matemática, a partir de 2009, o programa se estendeu a toda a educação básica, contemplando inclusive a educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas. Neste cenário, em 2009, sob a égide da Capes, é lançada a Portaria nº 122, que, consubstanciada nas orientações do Plano Nacional de Educação, aponta as diretrizes para o Pibid. Balizada nesta portaria, a Capes lança o segundo edital do Pibid em 2009 para seleção de propostas formativas das IES. Conforme resultado em diário oficial da união, nº 247 de 28 de dezembro de 2009, são aprovados 66 projetos de 66 IES e 22 projetos complementares atendendo, portanto, toda a educação básica.

A Portaria nº 072/2010 dá nova redação à Portaria nº 122/2009, que dispõe sobre o Pibid, expandindo o programa para as IES estaduais, municipais e comunitárias, e inclui outros cursos a serem selecionados, inclusive, prioriza as instituições que participam de programas como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e programas de valorização do magistério, tais como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, o programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica (ProLind) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (ProCampo).

Em 2011 o Pibid contempla quase 30.000 bolsistas, de 146 instituições. Em 2012, o número de bolsas atingiu 49.321 bolsistas e, por fim em 2015 participam do programa, 284 IES

oferecendo 313 projetos de iniciação à docência a mais de 90 mil bolsistas (licenciandos, professores supervisores da educação básica, professores coordenadores das IES). Fazem parte do programa mais de 5 mil escolas de educação básica da rede pública de ensino. De acordo com relatório de gestão DEB/Capes (2013, p. 11):

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID lançou oito editais, entre 2007 e 2013 [...]. Nos editais de 2013, foram aprovadas a ampliação de projetos existentes, a inclusão de novos subprojetos/áreas e a participação de bolsistas do ProUni, uma vez que nas instituições privadas são formados cerca de 70% dos professores em exercício. As bolsas serão implementadas em 2014 e alcançam o número de 90.254 concessões, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campi.

Importante destacar que após 2013 não houve abertura de novos editais. Assim, de 2012 a 2014, o programa dobra o oferecimento de bolsas, passando de 49.321 bolsas a 90.254 mil bolsas, distribuídas nos projetos das IES das diferentes regiões brasileiras, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Número de IES e projetos participantes do Pibid em 2014

Região	IES	Projetos Pibid ¹	Projetos Pibid Diversidade ²	Total de Projetos
Centro-Oeste	21	21	5	26
Nordeste	56	56	10	66
Norte	27	27	5	32
Sudeste	114	114	3	117
Sul	66	66	6	72
Total	284	284	29	313

Fonte: Relatório de gestão DEB/Capes (2013).

Conforme é observado na tabela, dos 284 projetos, 29 pertencem ao Pibid diversidade, os quais objetivam a formação inicial de professor para as escolas indígenas, do campo, dentre outras; possuem, portanto, propostas pedagógicas, metodologias e estratégias vinculadas às necessidades das diversidades dessas escolas.

O mapa abaixo sinaliza como o Pibid é distribuído nos estados que compõe a federação brasileira

Nordeste	11.789	2.489	14.278
Centro-oeste	3.565	906	4.471
Sudeste	10.931	2.569	13.500
Sul	9.399	2.265	11.664
Total	40.092	9.229	49.321

Fonte: Relatório DEB/Capes (2013).

Os dados revelam, portanto, que a região Nordeste, possui o maior número de bolsistas, fato que contraria as perspectivas normais dos programas oferecidos pelo MEC, em que as regiões sudeste e sul sempre estão na liderança em relação ao número de participantes.

As análises feitas até então sinalizam que o Pibid aumentou significativamente o número de bolsas oferecidas, bem como avançou em termos da clareza das exigências do programa, no que se refere a quais componentes pedagógicos da aprendizagem da docência devem ser contemplados nos projetos institucionais e subprojetos em que se destaca a inserção da investigação e a possibilidade da materialidade da relação da tríade pesquisa, ensino e extensão. Corroboram com esta reflexão, Bedin e Silveira (2011, p.70):

Nesse sentido, ressalta-se como uma característica do PIBID na UFUe noutras universidades o caráter indissociável de ensino, pesquisa e extensão, colaborando na profissionalização dos docentes no país. Parece que nesse sentido o PIBID pode ser um caminho interessante para repensarmos os modelos de formação docente no Brasil, trazendo reflexões sobre a realidade escolar, suas problemáticas, sua cultura e especificidades, bem como sobre a proposição e adequação de metodologias escolares, de modo a aumentar a qualificação dos bolsistas de iniciação a docência para o exercício do magistério.

3 A evolução do Pibid no IF Goiano

O IF Goiano, localizado no estado de Goiás, porção central do Brasil, concorre ao edital nº 001/2011/Capes/MEC, sendo aprovado, no mesmo ano o projeto inicia a suas atividades. O projeto com vigência inicial prevista para dois anos, ganha tempo de prorrogação e se estende até o final de 2013, momento em que encerra suas atividades com 120 (cento e vinte) bolsistas de iniciação à docência, 1(um) coordenador institucional, 1(um) coordenador de área de gestão, 9

(nove) coordenadores de área, 22(vinte e dois) supervisores e 12(doze) escolas públicas de educação básica conveniadas ao programa. No projeto foram contempladas as áreas das licenciaturas em Biologia, Química e Matemática ofertadas pelo IF Goiano em 4(quatro) dos seus *campi* com um total de 8 (oito) subprojetos, sendo: 1 (um) específico para o ensino de ciências; 3(três) na área de Biologia; 3(três) na área de Química e 1 (um) de Matemática.

No final de 2013, ao concorrer com projeto institucional ao edital nº 61/2013/Capes/MEC, o IF Goiano recebe aprovação e é contemplado com um total de 261(duzentos e sessenta e um) bolsistas de iniciação a docência participantes do projeto, sendo 50 (cinquenta) professores supervisores, 21(vinte e um) professores coordenadores das áreas das licenciaturas, 2 (duas) professoras coordenadoras de gestão de processos educacionais e 1(um) coordenador institucional. O projeto institucional do IF Goiano, atende as licenciaturas de Matemática, Pedagogia, Química e Biologia em cinco dos seus *campi* com 14 (quatorze) subprojetos, sendo 4 (quatro) interdisciplinares; 3(três) de Biologia; 5(cinco) de Química; 1(um) de Matemática e 1(um) de Pedagogia. Para o ano de 2014 foram previstos um valor de R\$ 2.304.450,00 (dois milhões, trezentos e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais) distribuídos em: R\$ 1.252.800,00 – bolsas de iniciação a docência; R\$ 459.000,00 – bolsas de professores supervisores; R\$ 352.800,00 – bolsas de professores coordenadores de área; R\$ 18.000,00 – bolsa coordenação institucional; R\$ 33.600,00 – bolsas de coordenação de área de gestão; R\$ 188.250,00 – aquisição de material custeio. Entretanto, apenas a metade do valor de custeio foi repassada pela Capes ao IF Goiano em 2014.

O quantitativo de bolsas no contexto do IF Goiano, tal como nas demais instituições brasileiras, teve um aumento significativo no período de 2011 a 2014, conforme apresenta o quadro abaixo:

Tabela 3 – Evolução do Pibid no IF Goiano

Projeto/quantidade bolsas	2011 - 2013	2014
Licenciaturas	3	4
Subprojetos	8	14
Bolsistas de iniciação	120	261
Supervisores	22	50
Coordenadores de área	9	21
Coordenador/a institucional	1	1
Coordenador/a de gestão	1	2
Escolas envolvidas	12	23

Fonte: pesquisadora

Os dados apresentados sinalizam a dimensão do Pibid como programa vinculado à formação de professores no Brasil, fato que motiva a realização da presente investigação, na medida em que, dada a amplitude de projetos existentes, um estudo em perspectiva micro, possibilitará uma análise mais aprofundada de seus impactos para a aprendizagem da docência na formação.

No que tange as possibilidades do Pibid, importante citar ainda, a aprovação, em 4 de abril de 2013, da Lei 12.796, sancionada pela Presidente da República, que alterou o texto da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, e inclui o Pibid, entre outros aspectos. No Art. 62,§4 e §5, o texto esclarece que:

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior (BRASIL, Lei 12.796/2013).

Com a promulgação da Lei nº 12.796/2013, veio a esperança da consolidação deste programa como uma política de estado que intenciona a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública, não o deixando vulnerável a continuidade, no caso de mudança de governo. Entretanto, o primeiro ruído, o primeiro sinal de fragilidade se apresentou nesse ano de 2015, no próprio governo que o criou, quando em face da atual crise econômica do país, o ajuste previsto pelo governo brasileiro atingiu a Capes com cortes que podem atingir a R\$ 750 milhões de reais em todos os programas, inclusive afetando o Pibid. Rapidamente nas redes sociais, na mídia, a notícia se espalhou como pólvora, e a reação da sociedade, academia e bolsistas do programa foi imediata, tendo destaque a Carta Aberta organizada pelo Fórum Nacional dos Coordenadores do Pibid (Forbid) com a assinatura de praticamente todos os bolsistas do programa. Nesse sentido, acredita-se que o Pibid não foi tão afetado até o momento, por conta desse movimento que levou a Capes a esclarecer “que nenhum bolsista do PIBID que se encontra no sistema de pagamento da CAPES terá sua bolsa descontinuada”. Nesse caso, entende-se que os bolsistas ativos continuarão no programa, mas não há ainda, garantias da inserção de novos bolsistas, o que dá margem a dúvidas quanto a real consolidação do programa no conjunto das

políticas públicas de formação de professores no Brasil.

A atual tensão fragiliza um programa que tem atingido resultado positivo no processo formativo de professores no IF Goiano e demais IES. Com esta afirmação corroboram Gatti, André, Gimenes e Ferragut (2014) ao pontuarem a partir de estudo avaliativo sobre o programa, vários dos seus contributos. Dentre outros, os autores destacam que o programa contribui “[...] para a valorização da profissão de professor. Constitui-se em rara política de atenção à formação inicial dos professores para a educação básica. É um programa que desacomoda as licenciaturas e mobiliza escolas [...]” (GATTI; ANDRÉ; GIMENES; FERRAGUT, 2014, p.106). E os autores prosseguem afirmando que em face de suas contribuições, o programa deve ser institucionalizado e se tornar perene como política de Estado, ideia também defendida pelas pesquisadoras do presente estudo.

Considerações finais

Os resultados até então obtidos sinalizam a expressiva expansão do Pibid no Brasil que, sendo criado em 2007, inicia suas atividades somente em 2009 com 3088 bolsistas e, em 2014, amplia para mais de 90 mil bolsistas (licenciandos, professores supervisores da educação básica e coordenadores das IES). Há que se ter em conta que o aumento de bolsas tem sido seguido de uma melhoria das exigências do programa propostas na documentação que o regula, no que se refere aos componentes pedagógicos para o exercício da docência que as IES devem contemplar. Para tanto, concorrem vários fatores: por meio do programa, os alunos dos cursos de licenciatura podem participar, desde o início de sua formação, de experiências de aprendizagem da docência nas escolas públicas de educação básica, que perpassam desde o conhecimento de questões administrativas, de gestão, questões socioculturais dos alunos, relações interpessoais, até as práticas de ensino em sala de aula; o Pibid aproxima as IES à realidade da escola pública de educação básica, campo de trabalho dos futuros profissionais, reconhecendo-a como espaço fundamental na formação de professores e valorizando os professores que nela atuam como co-formadores dos licenciandos; é incitado a prática de investigação no contexto do Pibid; é incentivado o trabalho interdisciplinar entre as áreas de licenciaturas ofertadas pela IES; por meio do Pibid é possível a relação efetiva da tríade – ensino, pesquisa e extensão.

No contexto do IF Goiano, importa realçar que, apesar das várias questões emblemáticas enfrentadas no que se refere à formação de professores, que perpassam desde a inexperiência da

instituição, da formação dos formadores em áreas específicas com ausência de práticas da docência na educação básica, até a fragilidade da relação da tríade ensino, pesquisa e extensão, dentre outros desafios, é possível constatar algumas das vertentes abundantes que traduzem possibilidades, esforço e melhoria na formação de professores, por meio do Pibid, proposta nas Portarias nº 260/2010 e nº 096/2013. Destas, destaca-se a inserção de perspectivas formativas consubstanciadas na interdisciplinaridade, no trabalho com a investigação na formação e a possibilidade das IES apresentarem projetos interdisciplinares.

Ademais, o programa contribui para a formação do formador em aspectos vinculados à relação ensino e pesquisa em educação, pois as experiências desenvolvidas no Pibid no contexto da realidade das escolas de educação básica desafiam, tensionam seus saberes, e incita-os a buscarem novas formas de trabalho por meio da pesquisa para orientarem os licenciandos bolsistas e contribuírem com os professores supervisores.

Por fim, os documentos analisados sinalizam os contributos do Pibid para o processo formativo de professores e valorização docente no Brasil, pelo que se indica a necessidade e importância da continuidade do programa de forma consolidada como política de estado. Entretanto, é preciso luta, mobilização coletiva para que não se fragilize ou se acabe por conta da descontinuidade das políticas públicas, ao contrário, se mantenha, se aperfeiçoe e se estenda a todos os licenciandos em formação.

Referências

BEDIN, Evert; SILVEIRA, Hélder Eterno. O desenho estratégico do PIBID da Universidade Federal de Uberlândia: características e filosofia. In: JUNIOR, Wilmo E; ZIBETTI, Marli, Lúcia Tonatto. **PIBID – Novos ou velhos espaços formativos? Perspectiva para a formação docente em Rondônia e no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 10/06/2015.

_____. **Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Brasília. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo1003.pdf>> Acesso em 05/05/2015.

____. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 10/04/2015.

____. **Portaria Normativa n. 9, de 30 de junho de 2009.** Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf>. Acesso em 10/05/2015.

____. **Portaria Normativa nº 122, de 16 de setembro de 2009.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência no âmbito da CAPES. Brasília. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/55-conteudo/5300-publicacoes-antiores-Pibid>> Acesso em 10/05/2015.

____. **Decreto 7.219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jun. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acesso em: 20/06/ 2015.

____. **Portaria 72, de 09 de abril de 2010.** Brasília. Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, no âmbito da CAPES. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Portaria72_Pibid.pdf. Acesso em 10/06/2015.

____. **Portaria 260, de 30 de agosto de 2010.** Aprova as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_NomasGerais.pdf>. Acesso em 10/06/2015.

____. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 5 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 12/05/2015.

____. **Portaria 096, de 18 de julho de 2013.** Brasília. Aprova o regulamento do Pibid. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf>. Acesso em 10/06/2015.

____. Capes. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. DEB. **Relatório de gestão. 2013.** Disponível em :<http://www.Capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2562014-relatorio-DEB-2013-web.pdf>. Acesso em 06/06/ 2015.

_____. Comunicado Capes – Bolsas Pibid. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7565-comunicado->. Acesso em 26/06/2015.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli, GIMENES, Nelson; FERRAGUT, Laurizete. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. E. D. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2013.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (Coord). **Os professores e a sua formação**. 3. ed., Lisboa: Dom Quixote, 1997.